



PGE

ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

PROCESSO SELETIVO

PROGRAMA DE ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS

2023

PROVA OBJETIVA



PGE

ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Sobre os direitos e garantias fundamentais expressos no art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a resposta correta:

- a) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, salvo por expressa disposição legal.
- b) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter militar.
- c) É assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
- d) São gratuitas as ações de "*habeas-corpus*", "*habeas-data*", e, mandado de segurança.
- e) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação diferida.

2) Ainda sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta, segundo o Supremo Tribunal Federal:

- a) Viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário-mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.
- b) É incompatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais.
- c) Só por lei ou ato normativo infralegal específico se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.
- d) Diante da primazia do princípio da boa-fé, o condicionamento do desligamento de associado à quitação de benefício não fere os princípios da legalidade, da autonomia de vontade e da liberdade de associação.
- e) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.

3) Sobre competência legislativa, assinale a alternativa incorreta:

- a) Compete privativamente à União legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.
- b) Compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte.
- c) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- d) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre procedimentos em matéria processual.
- e) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre propaganda comercial.

4) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

- a) Da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- b) Do Presidente ou Vice-Presidente da República.
- c) De um terço, no mínimo, das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- d) De um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- e) Do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

5) Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:

- a) Presidente do Senado Federal.
- b) Presidente da Câmara dos Deputados.
- c) Conselho Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil.
- d) Partido Político com representação na Assembleia Legislativa Estadual.



PGE

ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

e) Entidade de classe de âmbito nacional.

6) Acerca da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF sobre a legitimidade ativa na ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade (art. 103 da CF/88), marque a alternativa incorreta:

a) Os Municípios não figuram no rol de entidades legitimadas para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal previsto nos arts. 103 da Constituição e 2º da Lei 9.868/1999.

b) Segundo o STF, o rol de legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade definidos no art. 103 da Constituição Federal pode ser ampliado por lei complementar a fim de assegurar o amplo acesso à justiça.

c) O princípio da indisponibilidade, que rege o processo de controle concentrado de constitucionalidade, impede a desistência da ação direta já ajuizada.

d) A legitimidade ativa da confederação sindical, entidade de classe de âmbito nacional, mesas das Assembleias Legislativas e governadores, para a ação direta de inconstitucionalidade, vincula-se ao objeto da ação, pelo que deve haver pertinência da norma impugnada com os objetivos do autor da ação.

e) Os Estados-membros da Federação não estão no rol dos legitimados a agir como sujeitos processuais em sede de controle concentrado de constitucionalidade, sendo indevida, no modelo de processo objetivo, a intervenção de terceiros subjetivamente interessados no feito.

7) Sobre intervenção Federal nos Estados assinale a resposta correta:

a) A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para manter a garantir o livre exercício da atuação dos militares nas unidades da Federação.

b) A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para manter a integridade social.

c) A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para prover a execução de lei estadual, ordem ou decisão judicial.

d) A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para manter as garantias da lei e da ordem.

e) A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.

8) Sobre as vedações impostas aos Deputados e Senadores pela Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

a) Os Deputados e Senadores não poderão, desde a posse, aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", na pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.

b) Os Deputados e Senadores não poderão, desde a posse, firmar ou manter contrato de cláusulas uniformes com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.

c) Os Deputados e Senadores não poderão, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato de cláusulas uniformes com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.

d) Os Deputados e Senadores não poderão, desde a posse, ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

e) Os Deputados e Senadores não poderão, desde a expedição do diploma, ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.



PGE

ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

DIREITO ADMINISTRATIVO

9) Sobre os efeitos da decisão penal na esfera administrativa, segundo o entendimento do STJ e do STF:

- a) As provas declaradas ilícitas pelo Poder Judiciário podem ser aproveitadas em processos administrativos de qualquer espécie, em respeito à independência entre às instâncias administrativo, civil e penal.
- b) As provas obtidas a partir de interceptação telefônica decretada unicamente com base em denúncia anônima, desde que autorizadas pelo juízo competente, são consideradas legais no processo administrativo disciplinar.
- c) A instância penal obriga a instância administrativa quando há decisão penal condenatória por crime funcional transitada em julgado.
- d) É admissível a punição administrativa do servidor público por falta compreendida na absolvição pelo juízo criminal, quando a decisão absolutória exclui a condição de autor do fato criminoso.
- e) Deve ser realizada a reintegração do servidor absolvido na esfera penal por insuficiência de provas.

10) Segundo a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a modalidade diálogo competitivo pode ser utilizada nas seguintes contratações:

- a) Quando o objeto requer especificações técnicas precisamente definidas pela Administração pública.
- b) Quando a administração verifique a necessidade de definir e identificar os meios e as alternativas que possam satisfazer suas necessidades.
- c) Quando há soluções disponíveis no mercado, que não necessitem de adaptações.
- d) Quando a administração considere que os modos de disputa aberto e fechado não permitem apreciação adequada das variações entre propostas.

e) Para a contratação que tenha por objeto bens, componentes ou peças de origem estrangeira.

11) Sobre a Lei n. 8.429/1992, que dispõe acerca dos atos de improbidade administrativa e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Aqueles que, não sendo agentes públicos, responderão por atos de improbidade apenas de acordo com as normas do código penal, ainda que concorram para as condutas de improbidade ou delas se beneficiem.
- b) Não existe obrigatoriedade de defesa judicial do agente público que cometeu ato de improbidade por parte da Advocacia Pública, pois a sua predestinação constitucional identifica-se com a representação judicial e extrajudicial dos entes públicos, mostrando-se inconstitucional norma local que disponha sobre tal atuação em caráter extraordinário.
- c) Se o ato de improbidade provocar danos ao erário, a pessoa jurídica lesada é competente de forma concorrente com o Ministério Público para promover a ação principal, de rito ordinário, com o objetivo de recompor o erário lesado pela conduta ímproba.
- d) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 — revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa —, é RETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XL, da Constituição Federal, tendo incidência durante o processo de execução das penas e seus incidentes.
- e) As sanções de suspensão de direitos políticos e de proibição de contratar ou de receber incentivos fiscais ou creditícios do poder público observarão o limite máximo de 30 (trinta) anos.

12) A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018), autoriza o Poder Público a transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso, em todos os casos abaixo listados, exceto:



PGE

ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

a) Se for indicado um encarregado para as operações de tratamento de dados pessoais, segundo as instruções fornecidas pelo controlador, que verificará a observância das próprias instruções e das normas sobre a matéria;

b) Nos casos em que os dados forem acessíveis publicamente, observadas as disposições da própria LGPD;

c) Nos casos em que há execução descentralizada de atividade pública que exija a transferência, exclusivamente para esse fim específico e determinado, observado o disposto na Lei de Acesso à Informação;

d) Quando houver previsão legal ou a transferência for respaldada em contratos, convênios ou instrumentos congêneres;

e) Na hipótese de a transferência dos dados objetivar exclusivamente a prevenção de fraudes e irregularidades, ou proteger e resguardar a segurança e a integridade do titular dos dados, desde que vedado o tratamento para outras finalidades.

13) Sobre a Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, assinale a alternativa errada:

a) A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público no caso de atividades voltadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

b) A prorrogação de ofício da vigência do termo de colaboração ou de fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

c) É vedada a celebração de parcerias previstas na Lei 13.019/2014 que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de

regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado.

d) Poderão ser pagas, entre outras despesas, com recursos vinculados à parceria custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria.

e) Os acordos de cooperação cujo objeto envolvam a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial poderão ser celebrados sem chamamento público.

14) Sobre a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta:

a) O art. 20 da LINDB proíbe que as decisões administrativas sejam proferidas com base em valores jurídicos abstratos, salvo seja feita uma análise prévia de quais serão as consequências práticas dessa decisão.

b) A motivação do ato dispensa a demonstração de que a decisão tomada pelo gestor é necessária e a mais adequada, bastando a contextualização dos fatos e a indicação dos fundamentos de mérito e jurídicos.

c) A decisão que, na esfera administrativa, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar, de modo implícito ou explícito, suas consequências jurídicas e administrativas.

d) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor, em prejuízo aos interesses gerais.

e) Havendo mudança na interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, a Administração Pública deverá prever regime de transição, salvo se indispensável para que o novo dever seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente.



PGE

ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

15) O servidor investido em cargo de provimento efetivo, ao iniciar o exercício, ficará sujeito a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade para o desempenho do cargo serão objeto de avaliação. Nesse contexto, não constitui causa de suspensão do prazo do estágio probatório:

- a) A licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família.
- b) O gozo de 30 (trinta) dias consecutivos de férias.
- c) A licença para o serviço militar.
- d) O afastamento para missão ou estudo no exterior, quando autorizado o afastamento pelo Chefe do Poder a que esteja vinculado
- e) O afastamento para exercício de cargo em comissão ou equivalente em órgão distinto da carreira do servidor.

16) De acordo com a Lei Federal n. 8.987/1995 que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos e os precedentes do Supremo Tribunal Federal:

- a) O contrato de concessão poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, exceto a arbitragem.
- b) É vedado à concessionária à terceirização de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido.
- c) É constitucional a transferência da concessão e do controle societário das concessionárias de serviços públicos, mediante anuência do poder concedente prevista no art. 27 da Lei 8.987/95.
- d) É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, não cabendo ao poder concedente se opor.
- e) Nas condições estabelecidas no contrato de concessão, o poder concedente autorizará a assunção do controle ou da administração temporária da concessionária por seus financiadores e garantidores com

quem mantenha vínculo societário direto, para promover sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

17) O Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, responsável pela análise da admissibilidade dos recursos excepcionais, negou seguimento a Recurso Especial interposto pelo Estado de Alagoas, alegando, em síntese, que o acórdão estava em consonância com entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial processado segundo a sistemática repetitiva. A Procuradora do Estado responsável por atuar no caso interpôs agravo interno, o qual foi julgado improcedente, mantendo-se, portanto, a negativa de seguimento do Recurso Especial. Diante do referido cenário, assinale a alternativa correta:

- a) O Tribunal julgou equivocadamente o Agravo Interno, pois da referida decisão caberia Agravo em Recurso Especial.
- b) Não seria possível, após o julgamento do Agravo Interno, a oposição de embargos declaratórios.
- c) O Superior Tribunal de Justiça não admite o manejo da Reclamação para o controle da aplicabilidade de precedente firmado em sede de Recurso Especial processado segundo a sistemática repetitiva, mesmo que esgotadas as instâncias ordinárias.
- d) De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, da decisão proferida no Agravo Interno caberia a interposição de novo Recurso Especial.
- e) Não se admite a aplicação da fungibilidade recursal, a fim de viabilizar o conhecimento dos embargos de declaração como agravo interno.

18) O estabelecimento de filtros recursais não é novidade no ordenamento jurídico brasileiro. A Repercussão Geral do



PGE

ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Recurso Extraordinário é um exemplo que bem demonstra o quanto a existência de filtros qualitativos de admissibilidade viabiliza o exercício do efetivo papel de uma Corte de Precedentes. Nesse sentido, já se buscava criar instrumento correlato para o Superior Tribunal de Justiça, de tal modo que, com a Emenda Constitucional nº 125, de 14 de julho de 2022, essa pretensão restou concretizada através do estabelecimento do requisito da demonstração de relevância, no âmbito do Recurso Especial. Acerca do novo instituto, assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, após a publicação da Emenda Constitucional nº 125/22, já é possível exigir o preenchimento do requisito da demonstração de relevância nos recursos especiais interpostos, independentemente de regulamentação legislativa.
- b) Haverá presunção de relevância em todas as situações que envolvam ações coletivas.
- c) O Superior Tribunal de Justiça pode não conhecer de Recurso Especial pela ausência de relevância, desde que haja deliberação de 1/3 (um terço) dos membros do órgão competente para o julgamento.
- d) A Constituição admite que se estabeleçam, por lei, outras hipóteses de relevância presumida.
- e) Ações de improbidade administrativa não estão abrangidas nas situações que permitem a caracterização da relevância presumida.

19) Acerca do cumprimento de sentença de obrigação de pagar quantia contra a Fazenda Pública, assinale a alternativa correta:

- a) A Fazenda Pública poderá se valer do procedimento de execução invertida, mesmo que seja caso de expedição de precatório.
- b) Nas discussões e nas condenações que envolvam a Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para

fins de atualização monetária, de remuneração do capital e de compensação da mora, inclusive do precatório, haverá a incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, do índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente.

c) Caso a Fazenda Pública apresente impugnação ao cumprimento de sentença, cujo único fundamento seja o excesso de execução, será necessária a apresentação de memória de cálculo, sob pena de rejeição liminar. Desse modo, não será possível ao magistrado intimar a Fazenda Pública, para que, em momento posterior, apresente a memória discriminada de cálculo.

d) Não se perfaz possível a expedição de precatório de parcela incontroversa.

e) O prazo para apresentação da impugnação ao cumprimento de sentença pela Fazenda Pública é de 60 (sessenta) dias, pois incide a prerrogativa de prazo em dobro.

20) Considerando a legislação vigente e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça sobre as tutelas provisórias, assinale a alternativa correta:

a) Não é possível a concessão de tutela de evidência na sentença.

b) A tutela provisória de urgência cautelar não poderá ser postulada em caráter antecedente.

c) A estabilização da tutela provisória de urgência antecipada antecedente constitui técnica de monitorização processual, de tal modo que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados em 5%, nos mesmos moldes do que ocorre na ação monitória (Art. 701, *caput*, do CPC), consoante dispõe o Superior Tribunal de Justiça.

d) De acordo com o Supremo Tribunal Federal, é constitucional o dispositivo da Lei do Mandado de Segurança (art. 7º, §2º, da Lei 12.016, de 07 de agosto de 2009) que veda a concessão de medida liminar, a qual



PGE

ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.

e) É vedada a estabilização da tutela provisória de urgência antecipada antecedente contra a Fazenda Pública.

21) Sobre o instituto da Remessa Necessária, assinale a alternativa correta:

a) De acordo com a doutrina majoritária, a remessa necessária tem natureza jurídica de recurso.

b) Haverá remessa necessária em sentenças proferidas contra o Estado ou Distrito Federal, quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido superior a 400 (quatrocentos) salários-mínimos.

c) A remessa necessária não devolve ao Tribunal a possibilidade de apreciação do capítulo condenatório relativo à verba honorária.

d) Não haverá remessa necessária quando a decisão estiver em conformidade com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público.

e) Caso sejam julgados procedentes, no todo ou em parte, embargos à execução fiscal, não haverá remessa necessária.

22) Tendo em vista a legislação e a jurisprudência pertinente aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta:

a) O Estado de Alagoas pode figurar como parte autora nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.

b) De acordo com entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, não é permitido que o incapaz figure como parte autora nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.

c) A decisão que concede tutela provisória nos Juizados Especiais da Fazenda Pública não é recorrível de imediato.

d) Os prazos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública são computados em dias corridos.

e) O pedido de uniformização de interpretação de lei, no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, destina-se a dirimir teses jurídicas de direito material conflitantes.

23) Atualmente, há uma mudança de perspectiva na forma de tratamento dos conflitos, de tal modo que a via heterocompositiva judicial, em muitos casos, não se perfaz como o caminho mais adequado para solucionar os entraves sociais. Diante desse contexto, assinale a alternativa correta:

a) A Administração Pública poderá se valer da arbitragem de direito ou de equidade.

b) Os Estados não poderão criar Câmaras próprias de mediação e conciliação destinadas a solucionar conflitos no âmbito administrativo.

c) A transação por adesão não poderá ser adotada pelos Estados e Municípios.

d) Dentre os meios típicos de resolução de conflitos, encontra-se o *Dispute Board*.

e) É vedada a utilização de meios consensuais nos processos coletivos.

24) Acerca da teoria dos precedentes judiciais, assinale a alternativa correta:

a) Não é possível realizar a modulação subjetiva dos efeitos da decisão, em caso de superação de precedente judicial.

b) Caso o Tribunal decida superar um precedente judicial, mas não se pronuncie acerca da eventual modulação de efeitos, é possível a oposição de embargos declaratórios, a fim de sanar a omissão.

c) De acordo com o Código de Processo Civil, os juízes e Tribunais não precisam observar as decisões do Superior



PGE

ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Tribunal de Justiça proferidas em sede de Recurso Especial processado segundo a sistemática repetitiva.

d) O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas não integra o microsistema de formação concentrada de precedentes.

e) Não é possível o manejo da ação rescisória com fundamento no inciso V do caput deste artigo, contra decisão baseada em enunciado de súmula ou acórdão proferido em julgamento de casos repetitivos que não tenha considerado a existência de distinção entre a questão discutida no processo e o padrão decisório que lhe deu fundamento.

DIREITO TRIBUTÁRIO

25) O Código Tributário Nacional traz em seu art. 96 a definição do que deve se entender pela expressão “legislação tributária”. Nessa linha, NÃO CONTITUI legislação tributária:

- a) Lançamento tributário.
- b) Decreto.
- c) Lei ordinária.
- d) Lei Complementar.
- e) Tratados internacionais.

26) A competência dos entes federativos para instituírem tributos é definida pelo texto constitucional. Diante desse cenário, marque o tributo que NÃO PODE ser instituído pelo Estado de Alagoas:

- a) Taxa
- b) ICMS
- c) Contribuição de Melhoria
- d) Imposto sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCMD).
- e) Empréstimo Compulsório

27) O Código Tributário Nacional prevê as hipóteses de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Marque o item que

representa uma causa de extinção do crédito tributário:

- a) Prescrição
- b) Depósito do montante integral
- c) Parcelamento
- d) Anistia
- e) Inscrição em dívida ativa

28) Analise as assertivas a seguir:

I. O Governador do Estado de Alagoas pode aumentar tributo através de decreto.

II. É possível que a lei estabeleça alíquotas diferenciadas para o Imposto de Renda, a depender da profissão exercida pelo contribuinte.

III. Segundo o STF, uma multa tributária no patamar de 200% sobre o valor do tributo devido possui caráter confiscatório.

De acordo com os princípios tributários previstos pela Constituição Federal está (ão) correto (s) os itens:

- a) I, II e III
- b) I e II
- c) I e III
- d) I
- e) III

29) A Constituição Federal estabelece:

Art. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

[...]

II - _____, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

O texto constitucional está se referindo a que espécie tributária:

- a) Imposto
- b) Taxa
- c) Contribuição de Melhoria



PGE

ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

- d) Empréstimo Compulsório
e) Contribuição Sobre Iluminação Pública

constitui o crédito tributário, sendo indispensável o ato de lançamento pela autoridade fiscal.

30) De acordo com o Código Tributário Nacional marque o item correto:

Marque o item que representa o(s) enunciado(s) sumulado(s) pelo STJ:

- A) Na ausência de disposição expressa, o emprego da analogia poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
B) A obrigação tributária é principal ou acessória.
C) Interpreta-se da forma mais ampla possível as hipóteses de isenção tributária previstas pela legislação
D) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos passados.
E) A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais.

- a) I
b) II
c) III
d) I e II
e) II e III

DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

31) O Direito Tributário é responsável por parte significativa das demandas judiciais que tramitam perante o Poder Judiciário. Como consequência lógica, existe uma série de entendimentos sumulados pelo STJ referentes a direito tributário. Nesse sentido, analise as assertivas a seguir:

32) A Sociedade Empresária Y, comerciante de artigos esportivos, deixou de pagar o ICMS referente ao segundo semestre do ano de 2020, em razão da grande dificuldade financeira que vem enfrentando, desde o início da pandemia da Covid-19. Observando que os referidos créditos foram devidamente lançados pela sociedade, porém não foram quitados, a Procuradoria do Estado Z realizou a inscrição de tais valores em dívida ativa, e, em seguida, ingressou com a Execução Fiscal. Após alguns meses do ajuizamento da referida ação, a situação financeira da sociedade empresária se agravou, de modo que os seus credores requereram a instauração do Processo de Falência. Apresentada a contestação pela Sociedade Empresária Y, o magistrado proferiu sentença decretando a falência.

I - Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

Tendo como base o texto acima narrado, marque o item correto acerca do Incidente de Classificação de Crédito Público:

II - A notificação do auto de infração faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário; exaurida a instância administrativa com o decurso do prazo para a impugnação ou com a notificação de seu julgamento definitivo e esgotado o prazo concedido pela Administração para o pagamento voluntário, inicia-se o prazo prescricional para a cobrança judicial.

- a) O incidente deverá ser instaurado pelo juiz para cada Fazenda Pública credora, não podendo tal conduta ser adotada de ofício.
b) instaurado o incidente, o magistrado irá determinar a intimação eletrônica do ente para que, no prazo de 60 dias, apresente a relação completa dos seus créditos inscritos em dívida ativa.

III - A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal não



PGE

ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

c) instaurado o incidente, os créditos não definitivamente constituídos, não inscritos em dívida ativa ou com exigibilidade suspensa não poderão ser informados em momento posterior.

d) instaurado o incidente, as execuções fiscais permanecerão suspensas até o encerramento da falência, sem prejuízo da possibilidade de prosseguimento contra os corresponsáveis.

e) instaurado o incidente, as execuções fiscais serão automaticamente extintas, pois o ente público não pode se valer de ambas as vias processuais.

33) O Estabelecimento Empresarial, segundo o Código Civil, é todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária. Acerca de tal instituto do Direito Empresarial, assinale a alternativa correta:

a) O aviamento é a aptidão que um determinado estabelecimento possui para gerar lucros ao exercente da empresa, e pode ser classificado em real ou pessoal.

b) A clientela é o conjunto de pessoas que mantém relações jurídicas ocasionais com o empresário.

c) Realizada a sucessão empresarial, o adquirente assume todas as dívidas contabilizadas, contudo o alienante fica solidariamente responsável por elas durante o prazo de 2 anos.

d) A doutrina brasileira majoritária considera o estabelecimento comercial uma universalidade de direito.

e) O estabelecimento comercial é composto somente por bens materiais, dentre os quais se destacam o ponto de negócio, máquinas e equipamentos.

34) Acerca da desconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa correta:

a) A desconsideração da personalidade jurídica somente poderá ser determinada quando for verificado o desvio de finalidade da pessoa jurídica.

b) A desconsideração inversa ocorre quando os bens do sócio são atingidos para satisfazer obrigações da sociedade empresarial.

c) A desconsideração expansiva tem como escopo atingir o patrimônio do sócio oculto, que se utiliza de terceiro aparente para controlar a sociedade.

d) A desconsideração indireta ocorre quando os bens da sociedade são atingidos para satisfazer obrigações do sócio, que se utiliza da pessoa jurídica para ocultar o seu patrimônio.

e) Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa, exceto os de valor proporcionalmente insignificante.

35) Sobre o dano moral, assinale a alternativa que melhor se coaduna à jurisprudência dos Tribunais Superiores:

a) O espólio e os herdeiros não têm legitimidade ativa ad causam para pleitear a reparação dos danos morais suportados pelo ente falecido, tendo em vista que é um direito subjetivo do *de cuius*.

b) O abandono afetivo de filho, em regra, gera dano moral indenizável.

c) A pessoa jurídica pode sofrer dano moral, desde que demonstrada ofensa à sua honra subjetiva.

d) É ilícita a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral.

e) A fixação do valor devido à título de indenização por danos morais deve considerar o método bifásico.

36) Em 2010, João e a sua família ocuparam um imóvel urbano de 300 metros quadrados para fins de moradia. Após alguns anos, João passou a consertar carros como forma de obter o seu sustento e decidiu destinar parcela do imóvel ocupado para ser o seu ambiente de trabalho, construindo uma oficina. Ressalte-se que João e seus



PGE

ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

familiares não possuem qualquer outro imóvel.

A partir do texto acima, é possível concluir, acerca da Usucapião Especial Urbana, que João:

- a) não tem direito a usucapir o imóvel nesta modalidade somente por não cumprir o requisito de utilização exclusiva para moradia, tendo em vista o uso parcial da área para fins comerciais.
- b) não tem direito a usucapir o imóvel nesta modalidade somente em razão das dimensões do terreno.
- c) não tem direito a usucapir o imóvel nesta modalidade por não possuir o tempo mínimo necessário de posse mansa e pacífica.
- d) não tem direito a usucapir o imóvel nesta modalidade por, cumulativamente, não cumprir o requisito de utilização exclusiva para moradia e em razão das dimensões do terreno.
- e) tem direito a usucapir o imóvel nesta modalidade, estando cumpridos todos os requisitos legais.

**DIREITO DO TRABALHO E
PROCESSUAL DO TRABALHO**

37) O Recurso de Revista é um dos recursos previstos pelo art. 893 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo interposto de decisões proferidas pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) em sede de Recurso Ordinário e julgado por uma das turmas do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Tendo em vista as características principais de tal recurso, assinale a alternativa correta:

- a) É cabível a sua interposição tanto nos dissídios individuais quanto nos dissídios coletivos.
- b) O TST examinará previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza fiscal, política, social ou jurídica.
- c) Em execução de sentença não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de

ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

d) O prazo para a sua interposição é de 15 dias úteis, conforme art. 6º da Lei nº 5.584/1970.

e) O recurso de revista, em regra, será recebido com efeitos devolutivo e suspensivo.

38) Em uma determinada ação trabalhista, Juliana teve o seu pleito negado pelo magistrado de primeira instância e pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Irresignada, a obreira interpôs Recurso de Revista, o qual teve o seu seguimento denegado pelo Presidente do TRT, sob a justificativa de que o recurso em questão não se encontrava dentre as hipóteses de cabimento do art. 896 da CLT. Desta decisão, Juliana interpôs Agravo de Instrumento, o qual não foi bem sucedido, pois o relator do recurso no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em decisão monocrática, entendeu não haver transcendência da matéria a ser julgada.

Tendo em vista a situação narrada e de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, Juliana:

- a) poderá opor Embargos ao TST, nos termos do Art. 894 da CLT.
- b) poderá interpor Agravo, levando a apreciação do recurso à Turma do TST.
- c) poderá interpor novo Agravo de Instrumento, com o objetivo de destrancar o recurso.
- d) não poderá interpor qualquer recurso, devendo ajuizar Ação Rescisória nos termos do Art. 966, § 2º, do CPC.
- e) não poderá interpor qualquer recurso, nos termos do Art. 896-A, §5º, da CLT.

39) Conforme dispõe a Constituição Federal em seu art. 7º, XVII, o gozo de férias anuais remuneradas é um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais. Entretanto, a CLT condiciona a duração do período de



PGE

ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

férias ao número de faltas ao serviço, sendo que:

- a) se o empregado tiver faltado até 6 vezes, terá direito a 30 dias corridos.
- b) se o empregado tiver faltado de 6 até 14 vezes, terá direito a 26 dias corridos.
- c) se o empregado tiver faltado de 15 até 23 vezes, terá direito a 18 dias corridos.
- d) se o empregado tiver faltado de 24 até 30 vezes, terá direito a 12 dias corridos.
- e) se o empregado tiver faltado de 30 até 32 vezes, terá direito a 6 dias corridos.

40) A remuneração é a contraprestação paga pelo empregador ao empregado pelo serviço prestado. Sobre o tema, assinale a alternativa que contém parcela que integra a remuneração do empregado, de acordo com a CLT:

- a) ajuda de custo.
- b) auxílio-alimentação.
- c) diárias para viagem.
- d) gratificações legais.
- e) prêmios.

41) Acerca do trabalho temporário, regulamentado pela Lei 6.019/74, assinale a alternativa correta:

- a) Trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física contratada por uma empresa de trabalho temporário que a coloca à disposição de uma empresa tomadora de serviços, para atender à necessidade de substituição permanente de pessoal.
- b) É proibida a contratação de trabalho temporário para a substituição de trabalhadores em greve, salvo nos casos previstos em lei.
- c) Considera-se prestação de serviços a terceiros a transferência feita pela contratante da execução de quaisquer de suas atividades, exceto sua atividade principal, à pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços que possua capacidade econômica compatível com a sua execução.

d) É configurado vínculo empregatício entre os trabalhadores, ou sócios das empresas prestadoras de serviços, qualquer que seja o seu ramo, e a empresa contratante.

e) A empresa prestadora de serviços contrata e dirige o trabalho realizado por seus trabalhadores, porém não é responsável pela sua remuneração.

DIREITO FINANCEIRO

42) A respeito das leis orçamentárias marque o item correto:

- a) O plano plurianual tem vigência de dois anos.
- b) As leis orçamentárias são de iniciativa do Congresso Nacional.
- c) A abertura de crédito extraordinário é destinada a suprir falhas decorrentes de erro de planejamento.
- d) É vedado o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
- e) Em situações de emergência, a lei orçamentária anual poderá conter dispositivos estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.

43) “O artigo 167 da CF está repleto de normas que freiam eventuais desperdícios governamentais. Consistem em normas sistematizadoras dos gastos públicos, ao imporem importantes limites nos mais diversos temas voltados ao orçamento, com clara proteção à sociedade contra o descontrole dos gastos do Executivo” (LEITE, Harisson. Manual de Direito Financeiro. Juspodivm. 6ª Ed. P. 177). Diante desse quadro analise os itens a seguir:

I – É vedado a concessão ou utilização de créditos ilimitados.

II – É vedado a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.



PGE

ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

III – É vedada a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

São vedações constantes do texto constitucional:

- a) I, II e III
- b) I
- c) II
- d) III
- e) II e III

44) O _____ é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Assinale o item que preenche adequadamente a definição legal acima apresentada:

- a) Restos a pagar
- b) Precatório
- c) Empenho de despesa
- d) Orçamento
- e) Crédito extraordinário.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO
PÚBLICO

45) O regime próprio de previdência social dos servidores públicos deve observar ao seguinte critério:

- a) cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargos efetivos e em comissão.
- b) inclusão nos benefícios, para efeito de percepção destes, do abono de permanência.
- c) cobertura de um número mínimo de segurados, de modo que os regimes possam garantir diretamente a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios.

d) Não sujeição à compensação financeira a que se referem o § 9º do art. 201 da Constituição Federal e a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, entre si e com o regime geral de previdência social.

e) registro contábil geral das contribuições aportadas pelo servidor e pelos entes estatais.

46) Sobre o regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, é correto afirmar:

a) O regime de previdência complementar deve ser efetivado por intermédio de entidade fechada de previdência complementar.

b) O servidor que ingressar no serviço público após a instituição do regime complementar está obrigatoriamente vinculado aos regimes próprio e complementar de previdência.

c) O regime de previdência complementar oferece planos de benefício nas modalidades contribuição definida e benefício definido.

d) Não incide contribuição previdenciária sobre os valores recebidos da previdência complementar.

e) A lei instituidora do regime de previdência complementar pode prever que esse regime seja aplicado ao servidor que tenha ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de sua instituição.

47) De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 52, de 30 de dezembro de 2019, a pensão por morte:

a) Para o dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, sua condição pode ser reconhecida previamente ao óbito do segurado, por meio de avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, observada revisão periódica na forma da legislação.

b) Havendo dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte é equivalente ao valor da aposentadoria recebida pelo



PGE

ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito.

c) A cota do dependente menor de idade que atinge a maioridade reverte ao cônjuge.

d) A pensão por morte devida aos dependentes do policial civil e dos ocupantes dos cargos de agente penitenciário ou socioeducativo decorrente de agressão sofrida no exercício ou em razão da função, é equivalente à totalidade da última remuneração do cargo, observada a revisão periódica na forma da lei.

e) As provas de união estável e de dependência econômica exigem início de prova material contemporânea dos fatos, produzido em período não superior a 48 (quarenta e oito) meses anterior à data do óbito, admitida a prova exclusivamente testemunhal.

DIREITO AMBIENTAL

48) Dentre as garantias que a Constituição Federal dispensa ao meio ambiente, encontram-se as abaixo elencadas, EXCETO:

a) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição.

b) A defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação, é um princípio geral que rege a ordem econômica.

c) Em caso de condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, a reparação do dano causado elide as sanções penais, sem prejuízo, porém, das sanções administrativas.

d) Lei federal deve definir a localização em que podem ser instaladas as usinas que operem com reator nuclear.

e) As práticas desportivas que utilizam animais não são consideradas cruéis, desde que sejam manifestações culturais registradas como bem de natureza imaterial

integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.

49) Sobre as categorias de unidade de conservação que constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável, é correto afirmar que:

a) A Área de Proteção Ambiental é uma área extensa, sem ocupação humana.

b) A Área de Relevante Interesse Ecológico é uma área de grande extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana.

c) A Floresta Nacional é de posse e domínio públicos, podendo haver as áreas particulares incluídas em seus limites.

d) A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte.

e) A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área privada, concedida pelo prazo máximo de 20 (vinte) anos, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

50) Das alternativas abaixo, assinale a que NÃO constitui objetivo da Política Nacional de Recursos Hídricos:

a) assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos.

b) elaborar as diretrizes que os gestores dos recursos hídricos devem observar, visando seu adequado aproveitamento.

c) a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável.

d) a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

e) incentivar e promover a captação, a preservação e o aproveitamento de águas pluviais.